

CENTRO PAULA SOUZA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SÃO MATEUS
TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

**Avaliação de políticas públicas para a alimentação escolar visando famílias em
situação de vulnerabilidade social e nutricional do estado de São Paulo**

Ana Maria de Campos Brito dos Santos
Caroline da Silva Soares
Felipe dos Santos de Oliveira
Gabriela Duarte da Silva
Giovanna Cordeiro
Isabelle Yeslaine Antonio Schuffner

Resumo: Introdução: Em 1955 com a Campanha da Merenda Escolar submissa ao Ministério da Educação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar inicia-se com o Decreto nº 37.106. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa brasileiro que tem como objetivo fornecer alimentação adequada e saudável aos estudantes das escolas públicas do país. A falta de verba e investimento público em relação a alimentação escolar pode causar diversos problemas, entre eles podemos citar a má qualidade dos alimentos, pois sem recursos a dificuldade de garantir uma alimentação saudável é muito maior. Objetivo: Apontar a falta de políticas públicas para a alimentação escolar e seus impactos em famílias de baixa renda. Metodologia: Estudo de revisão bibliográfica e estudo transversal exploratório utilizando uma amostra de conveniência com estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio de Escolas Estaduais de São Paulo. Resultados: 64% dos entrevistados concordaram sobre ter variedade de alimentos em sua escola, entretanto pouca. 22% dos participantes avaliam a alimentação escolar (em uma escala de 0 a 10) como 8. 2% afirmam ser entre 2 e 3. 42% dos entrevistados afirmam que a alimentação escolar traz saciedade durante o período de aula e é suficiente para suas necessidades nutricionais diárias, já 22% afirmam o oposto. Considerações finais: Pode se verificar que a alimentação escolar tem grande importância na vida dos estudantes, porém a maioria dos estudantes entrevistados afirmam haver pouca variedade. Mesmo que a minoria dos estudantes se sintam saciados, a avaliação da escola, no geral, é positiva quanto a qualidade da preparação. Devido a importância desse assunto, novas pesquisas devem ser realizadas sobre a falta de políticas públicas em escolas estaduais brasileiras e seus impactos nas famílias de baixa renda.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Políticas públicas. Vulnerabilidade social. Programas governamentais. Agricultura familiar.

Abstract: Introduction: In 1955, with the School Meals Campaign under the Ministry of Education, the National School Feeding Program began with Decree No. 37.106. The National School Feeding Program (PNAE) is a Brazilian program that aims to provide adequate and healthy food to students in the country's public schools. The lack of funds and public investment in school meals can cause a number of problems, including poor food quality, since without resources it is much more difficult to guarantee healthy food. Objective: To highlight the lack of public policies for school meals and their impact on low-income families. Methodology: A literature review and exploratory cross-sectional study using a convenience sample of elementary and high school students from São Paulo state schools. Results: 64% of those interviewed agreed that there was a variety of food at their school, but not much. 22% of the participants rated school meals (on a scale of 0 to 10) as 8. 2% said they were between 2 and 3. 42% of those interviewed said that school meals brought satiety during class time and were sufficient for their daily nutritional needs, while 22% said the opposite. Final considerations: It can be seen that school meals are very important in the lives of students who eat a regular diet, but most of the students interviewed said that there was little variety. Even though a minority of the students feel satiated, the school's assessment is generally positive about the quality of the food. Given the importance of this issue, further research should be carried out into the lack of public policies in Brazilian state schools and their impact on low-income families.

Keywords: School feeding. Public policies. Social vulnerability. Government programs. Family farming.

1 INTRODUÇÃO

Muitos podem resumir o programa de alimentação escolar como simplesmente entregar lanches ou refeições durante os intervalos escolares, porém, este programa abre portas para que sejam desenvolvidas diversas atividades nutricionalmente educativas e promotoras da saúde no ambiente escolar – com discussões a respeito de hábitos alimentares, processo de produção, distribuição e acesso aos alimentos por exemplo. Quando promovemos oportunidades para se discutir condições de saúde em ambientes escolares contribuimos para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento de práticas educativas constantes, algo de extrema importância nesses tempos de rápidas mudanças (COSTA et al, 2001).

Em 1955 com a Campanha da Merenda Escolar submissa ao Ministério da educação, o Programa Nacional de alimentação escolar inicia-se com o Decreto nº

37.106. Bem como, sendo um programa educacional e nutricional, que ao longo de desses quase 70 anos em funcionamento, é o programa com maior duração na sua área em relação a atuação de segurança alimentar e nutricional. Seu propósito é colaborar com o crescimento biológico, psicológico e social do aluno, a aprendizagem e o desenvolvimento de hábitos saudáveis ao estudante, atendendo suas necessidades alimentares durante seu período escolar (CHAVES et al, 2013).

A alimentação escolar tem sido implementada desde 1955 e continua sendo uma prática fundamental até os dias de hoje. Isso se deve ao fato de que ela garante aos alunos uma alimentação saudável, que auxilia no crescimento, desenvolvimento e aprendizado, contribuindo para o desempenho acadêmico. Além disso, esse sistema promove a formação de hábitos alimentares saudáveis ao oferecer refeições balanceadas e nutritivas. O fornecimento da alimentação escolar é possível graças a programas e políticas implementados pelas escolas e pelo governo. Um exemplo notável é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que repassa recursos financeiros de caráter suplementar para estados, municípios e escolas federais em 10 parcelas mensais, de fevereiro a novembro. Além do apoio financeiro, o programa também promove ações de educação alimentar e nutricional, fornecendo alimentação escolar a estudantes de todas as etapas da educação básica pública (OLIVEIRA et al, 2012).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa brasileiro que tem como objetivo fornecer alimentação adequada e saudável aos estudantes das escolas públicas do país. A importância do PNAE está relacionada à promoção da inclusão e desenvolvimento dos alunos em diversos aspectos, como educacional, biológico, cognitivo e social. A merenda escolar desempenha um papel fundamental na nutrição dos alunos, fornecendo os nutrientes necessários para o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Alunos que se encontram em estado de subnutrição podem enfrentar dificuldades no aprendizado e não atingir seu potencial máximo, afetando seu desempenho acadêmico. Portanto, a existência do PNAE e a oferta de uma merenda escolar adequada são de extrema importância para garantir a nutrição e o desenvolvimento saudável dos alunos, possibilitando condições mais igualitárias para o aprendizado e o crescimento integral das crianças e adolescentes (FERREIRA et al, 2019).

A falta de verba e investimento público em relação a alimentação escolar pode causar diversos problemas, entre eles podemos citar a má qualidade dos alimentos (pois sem recursos a dificuldade de garantir uma alimentação saudável é muito maior), o impacto na saúde dos alunos (uma alimentação “não saudável” pode gerar inúmeros problemas de saúde, como obesidade, desnutrição e afins), pode também haver o comprometimento do desempenho escolar (pois a saúde alimentar influencia muito no desenvolvimento do intelecto e a garantia o aprendizado), a falta de programas educativos (já que além da oferta de alimentos deve apresentar também programas educativos de nutrição para ressaltar a importância de uma alimentação saudável), o desperdício de alimentos e por fim a insegurança alimentar (já que existem estudantes em que o único momento que eles comem são na escola geralmente por conta da questão financeira da família) (RAMOS L. S. et al, 2020).

Através de coleta de dados realizadas com estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio de Escolas Estaduais em São Paulo, este trabalho tem como objetivo geral apontar a falta de políticas públicas para a alimentação escolar e seus impactos em famílias de baixa renda, focando mais especificamente em avaliar a disponibilidade de alimentos, analisar respostas à pesquisas feitas em escolas, além de desenvolver material de apoio para melhoria nas técnicas de preparação de alimentos em escolas mesmo com poucos recursos.

2 JUSTIFICATIVA

De acordo com a situação econômica atual do país e com a falta de reajustes nas verbas de merendas escolares, é notório que, em alguns casos, as escolas dividem a comida, que seria somente para um aluno, para mais de duas crianças. É importante ressaltar que diante desse cenário, muitos estudantes em situação de insegurança alimentar tem sua principal alimentação na escola.

Segundo o Art. 1º do capítulo 1 do Código De Ética Dos Técnicos Em Nutrição E Dietética (RESOLUÇÃO CFN Nº. 333\2004) “O Técnico em Nutrição e Dietética deve ter como princípio básico de sua atuação o bem-estar do indivíduo e da coletividade, empenhando-se na promoção da saúde, cumprindo e fazendo cumprir a legislação, normas e preceitos referentes à saúde.” Dessa forma, avaliamos que seria necessário a aplicação de campanhas sociais com participação direta de técnicos e

nutricionistas que busquem auxiliar na entrega de uma alimentação de qualidade nas escolas de São Paulo. Trabalhando em conjunto com órgãos como a Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE), Conselho de Alimentação Escolar, Apoio Fome Zero, Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) e o próprio PNAE, campanhas e projetos contra a insegurança alimentar seriam mais amplamente divulgados e implementados.

Dentre as atribuições do técnico para a melhoria da alimentação escolar, destacamos: contribuir na elaboração do cardápio e verificar o seu cumprimento; contribuir na elaboração do Manual de Boas Práticas e acompanhar sua implantação e execução; contribuir na elaboração dos POP, acompanhar sua implantação e execução; acompanhar e orientar a execução das atividades de recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, porcionamento, distribuição e transporte de refeições; avaliar as características organolépticas dos alimentos, produtos alimentícios e preparações culinárias; supervisionar as atividades de higienização de alimentos, utensílios, equipamentos, ambientes e pessoal; orientar e monitorar o uso correto de uniformes e de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) correspondentes à atividade; monitorar programas de manutenção preventiva e periódica de funcionamento e conservação dos equipamentos.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Apontar a falta de políticas públicas para a alimentação escolar e seus impactos em famílias de baixa renda.

3.2 Objetivos Específicos

- Analisar documentos de órgãos estaduais selecionados relacionados à alimentação escolar.
- Aplicar questionários para alunos de escolas estaduais públicas para avaliar a alimentação escolar.
- Desenvolver material de apoio para melhoria nas técnicas de preparação de alimentos em escolas estaduais públicas com poucos recursos.

4 METODOLOGIA

Tipo de Estudo: Este trabalho tem como base o estudo transversal exploratório utilizando uma amostra de conveniência com estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio de Escolas Estaduais de São Paulo. Possui revisão bibliográfica a partir de livros e artigos científicos, obtidos em plataformas de busca acadêmica, como o Google Acadêmico. Por meio dos seguintes termos: Nutrição, alimentação escolar, PNAE, avaliação, investimentos.

População Alvo: Estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio de Escolas Estaduais de São Paulo.

Amostra: A amostra inicialmente seria feita em duas escolas: E. E. Prof. Moacyr Campos e E. E. Dona Pilar Garcia Vidal, que contam com cerca de 4913 alunos matriculados, destes, seria retirada uma amostra de 80 estudantes (1,63%) para a pesquisa presencial e de 100 estudantes (2,04%) para a online, sendo considerado os três turnos das escolas (manhã, tarde e noite). Entretanto, por um problema de agenda, a pesquisa só pode ser realizada na escola E. E. Dona Pilar Garcia Vidal, que conta com 1212 alunos matriculados, destes, foi retirada uma amostra de 100 estudantes (8,25%) para a pesquisa presencial, sendo 52 mulheres (52%) e 48 homens (48%) considerando os três turnos da escola (manhã, tarde e noite).

Critérios de Inclusão: Foram inclusos no estudo alunos da faixa etária de 11 aos 18 anos, matriculados na escola E. E. Dona Pilar Garcia Vidal que concordaram em participar da pesquisa e cujo os pais assinaram o termo de consentimento (para menores de 18) que esclarecia o objetivo da pesquisa.

Critérios de Exclusão: Foram excluídos os alunos fora da faixa etária estabelecida, que não tinham o termo de consentimento assinado e que não estavam matriculados na escola onde ocorreram as pesquisas.

Aspectos Éticos: Foi feito todo esclarecimento necessário aos participantes sobre o trabalho e seu objetivo, os que concordaram em fazer parte da pesquisa assinaram um termo de consentimento contido no próprio questionário. Os participantes poderiam deixar de participar do estudo em qualquer momento e lhes foi garantido o sigilo das informações e dados.

Instrumentos Utilizados: Questionário autoaplicável disponível no Google Forms, contendo 8 perguntas fechadas e 1 aberta.

Análise de Dados: Os dados foram analisados e apresentados sob a forma de gráficos.

Devolutiva: Cartilha contendo informações básicas sobre a alimentação escolar e dicas nutricionais.

5 DESENVOLVIMENTO

5.1 Alimentação Escolar: conceitos, características e programas governamentais.

A alimentação escolar, comumente conhecida como merenda escolar, é um ponto de suma importância para os alunos de escolas públicas. Essa alimentação é garantida por verba do governo, podendo ser definida como todo alimento fornecido durante o período letivo, não importando sua origem, ou seja, durante o momento em que o aluno permanece no ambiente escolar. Porém, esta alimentação não é apenas uma oferta de alimentos, ela é um auxílio energético e nutricional que contribui no desenvolvimento emocional, social, cognitivo e, também, contribui no pleno funcionamento e aprimoramento das aptidões do aluno durante o período de permanência na escola ou instituição educacional (OLIVEIRA e VASSIMON, 2012; ISSA et al, 2014; DIAS e ESCOUTO, 2016).

De acordo com a lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 diz que a alimentação escolar é um direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, conforme o artigo 3º. Isso implica no âmbito social, já que em muitos casos a alimentação fornecida pela instituição escolar é a única alimentação diária garantida para o aluno, no que influencia na presença/frequência na escola, já que muitos alunos buscam evitar o jejum prolongado e a sensação de fome durante as horas do dia, as quais interferem no rendimento escolar, nas capacidades psicocognitivas e, também, no estado nutricional do estudante (OLIVEIRA e VASSIMON, 2012).

Com enfoque nessas crianças e adolescentes em insegurança alimentar é necessário que as refeições, oferecidas no ambiente escolar, supram o valor energético definido pela resolução 38/2009 com fundamentação na Portaria Interministerial MEC/MS 1010/2006, onde exige que as crianças em unidades de educação, em período parcial e integral, devem receber refeições adequadas e balanceadas, que devem

atingir, no mínimo, 30 e 70% do valor energético diário total, sendo 30% para alunos que estudam nos períodos parciais e 70% para os alunos que estudam em período integral (ISSA et al, 2014).

Para garantir que as refeições tenham a qualidade imposta pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), é preciso que Nutricionistas junto de Técnicos em Nutrição e Dietética (TND) planejem e adequem o cardápio de acordo com as necessidades gerais dos alunos e as tradições e cultura da região onde a escola se localiza, é importante ressaltar que para ter uma alimentação de qualidade é preciso que o TND controle todo o processo de produção das refeições e alimentos e controle o recebimento dos alimentos nas escolas para garantir a segurança dos funcionários e que tudo esteja dentro das normas higiênico-sanitárias presente na portaria 2619/11 (DIAS e ESCOUTO, 2016; BATISTA et al, 2017).

Através dessas refeições planejadas, os profissionais ajudam na formação e criação de hábitos alimentares saudáveis e na redução de distúrbios nutricionais, pois as refeições ofertadas são planejadas e montadas para serem o mais saudável possível para os estudantes (ISSA et al, 2014).

Com o objetivo de assegurar o fornecimento de uma fração das necessidades nutricionais diárias dos alunos, seguindo uma alimentação saudável, foi implantado em 1955 o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é a primeira política pública com relação a alimentação escolar e existe até os dias de hoje. Além da condição assessorial, é uma ação que promove a educação alimentar de várias figuras da comunidade escolar. Ele é regido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e é uma das maiores instituições dessa área de alimentação escolar no planeta (VALE et al, 2020).

O principal desafio do PNAE é aceitação dos estudantes em relação às merendas saudáveis oferecidas já que a maioria dos adolescentes e crianças praticam o consumo de ultraprocessados. Além disso, há as preferências alimentares dos alunos mas ocorre também a oferta de cardápios não muito variados por conta das dificuldades da gestão sobre a pouca verba e mão de obra entre outros fatores (VALE et al, 2020).

A implementação do PNAE é feita por acordos e negociações que se adaptam de acordo com cada realidade de cada agricultor familiar, que fornece os alimentos das escolas. O programa afirma que no mínimo, 30% dos recursos da alimentação escolar sejam utilizados para a aquisição de produtos dos agricultores familiares. Atualmente

por meio da Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (COOFELIZ) com a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar com Interação Solidária (CRESOL) garantem o pagamento imediato aos agricultores fornecedores assim que os mesmos entregam os alimentos. Portanto, a implementação do PNAE é um conjunto de relacionamentos entre diferentes cidadãos que compõem a organização da Alimentação Escolar brasileira de acordo com as normas do próprio programa (FREITAS e FREITAS, 2020).

Uma das formas de assegurar se a implementação do PNAE está sendo feito da forma correta é pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Ele fiscaliza a execução dos recursos transmitidos pelo governo para o PNAE e avalia se a alimentação fornecida aos estudantes está com a qualidade imposta pelo Conselho e Programa (BRASIL, 2023).

Os recursos repassados do governo para o Programa são fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que sua função principal é proporcionar o desenvolvimento da educação básica no Brasil, através de obtenção e transferência de recursos financeiros, e também fornece assistência técnica para a execução de programas e ações de educação. Ou seja, o PNAE é um dos programas realizados pelo FNDE, assim desempenhando um papel de extrema importância para propiciar a alimentação escolar saudável nas escolas brasileiras, assegurando o acesso de todos à alimentação correta e assim, colaborando no aprendizado e desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 2023).

5.2 Avaliação dos impactos das políticas públicas na merenda escolar em vista de famílias em situação de vulnerabilidade social.

A alimentação adequada é um direito fundamental de toda criança e desempenha um papel crucial em seu desenvolvimento físico e cognitivo. As políticas públicas têm sido implementadas para garantir que crianças de famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso à merenda escolar de qualidade. Segundo Silva e Almeida (2023), no estudo “Políticas Públicas de garantia de alimentação saudável e nutricional que auxilia no processo de aprendizagem e na superação da vulnerabilidade”. A falta de alimentação diária em quantidade e qualidade satisfatórias que prove as necessidades básicas essenciais à vida do aluno é o que provoca a fome, sendo este, um aspecto negativo gerado pelas desigualdades sociais (SILVA e ALMEIDA, 2023).

A alimentação escolar é um tema de importância vital, não apenas para o desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes, mas também para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e a garantia da segurança alimentar em famílias em situação de vulnerabilidade social. Neste capítulo, analisaremos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como uma Política Pública Saudável (PPS) e exploraremos sua influência na saúde e na educação das crianças, bem como as contribuições dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar (CAE) para o sucesso desse programa (MORAES et al, 2022).

Em 1948, na Assembleia Geral na ONU, por unanimidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que contemplou o direito à alimentação como um dos direitos do homem:

Art. 25º - Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (ONU, 1948).

O PNAE foi criado em 1955 com o propósito de fornecer alimentação escolar de qualidade aos estudantes da rede pública, além de ter um papel crucial para a promoção da alimentação saudável. Ao longo dos anos, o PNAE passou por diversas reformulações e melhorias, tornando-se um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. Ele fornece alimentos como frutas, legumes, carne, leite e outros produtos de agricultura familiar, pois nos termos da Lei nº 11.947/2009 observa-se que essa tem em sua centralidade o aprendizado e a saúde dos estudantes conjugado com o fortalecimento dos agricultores familiares (KROTH et al, 2019).

A exigência da compra de alimentos da agricultura familiar não apenas valoriza a produção local, mas também promove a segurança alimentar e nutricional. O novo PNAE já pode ser considerado uma inovação em políticas públicas por considerar que a provisão da alimentação escolar saudável deve estar associada a iniciativas de compras sustentáveis, articuladas com o fortalecimento da agricultura familiar e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes (KROTH et al, 2019).

As famílias de baixa renda, devido à falta de trabalho na atualidade, tendem a ter problemas ao fazer as compras de alimento básico, pois estes vêm sofrendo uma alta

no seu preço, impossibilitando o consumo de alimentos que seriam fundamentais para suas necessidades nutricionais, a falta de poder aquisitivo faz com que essas famílias recorram a alimentos industrializados de baixo preço e por conseguinte de baixo ou até mesmo sem valor nutricional, acrescentando assim a doenças recorrentes desses alimentos, como obesidade, diabetes, hipertensão, entre outros, fazendo do mercado de alimentos processados e ultra processados a base de sua nutrição (SAWAYA et al, 2019).

O PNAE como uma política pública saudável, juntamente com os nutricionistas desempenham um papel crucial na promoção da saúde e na garantia da segurança alimentar em famílias vulneráveis, ofertando de forma correta os nutrientes necessários em cada ciclo de vida, sendo nas escolas um aporte necessário para melhor rendimento educacional do aluno, como também a prevenção de riscos nutricionais que podem ocorrer pela falta de nutrientes que não consomem em casa devido a condições financeiras das famílias de baixa renda. Em conjunto, essas medidas têm o potencial de melhorar significativamente a vida das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias. Sendo assim, a alimentação escolar tem papel de grande importância na vida de nossas crianças, não somente em sua trajetória educacional e familiar, mas também em sua qualidade de vida futura (MORAES et al, 2022).

Portanto, é fundamental que sejam realizados esforços para aprimorar e fortalecer o PNAE, a fim de que seja efetivo na promoção da alimentação saudável e nutricionalmente adequada para todas as crianças e adolescentes em idade escolar no Brasil. Nesse sentido, é preciso garantir recursos financeiros suficientes, capacitação adequada para gestores, nutricionistas e agricultores familiares, além de políticas de incentivo à produção de alimentos saudáveis e à distribuição adequada dos recursos do programa. Dessa forma, será possível garantir que o PNAE cumpra sua missão de promover a saúde e o bem-estar de nossas crianças e adolescentes, contribuindo para a formação de uma sociedade mais saudável e sustentável (MARCHEWICZ, 2023).

5.3 Insegurança Alimentar: estratégias de prevenção utilizando a alimentação escolar.

Durante a segunda Conferência Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional a segurança alimentar e nutricional (SAN) é definida como:

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, econômica e socialmente sustentáveis (BEZERRA et al, 2016).

Percebe-se então, que a insegurança alimentar no Brasil é condicionada pelo acesso insuficiente aos alimentos (BEZERRA et al, 2016).

Dessa forma, a falsa crença do aumento da produtividade alimentar justificada pela revolução verde resolveria o problema da fome. Entretanto o próprio não ocorrera, haja vista que acabou agravando a situação da população da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), além de que, trouxe consequências para pequenas propriedades rurais de agricultores familiares, com o uso de agrotóxicos, transgênicos e a degradação ambiental. Tudo isso causado pelo incentivo à produção em larga escala voltada à exportação, por conta da modernização da agricultura – incentivada pela Revolução Verde (SANTOS e TORRES, 2022).

Segundo Fernanda Lourenço e Vitor de Mattos, agentes da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE), por meio de informações concedidas para nós via reunião: durante a pandemia de 2019, diversos órgãos voltados para alimentação escolar abraçaram campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre eles, a Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE), por exemplo, vem trabalhando até os dias atuais com a distribuição de cestas básicas para alunos cuja família esteja cadastrada no CadUnico ou viva em situação de extrema pobreza (registrados em torno de 420mil estudantes).

Além de projetos como o “Recreio nas Férias” onde, durante o período de recesso, ocorrem atividades culturais, passeios e é distribuída alimentação para os alunos; “Cardápio Escolar Sustentável” que trabalha em parceria com a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) e busca minimizar os impactos das escolhas alimentares nas mudanças climáticas e reduzir 25% da emissão de gás carbônico até 2030, mas sem comprometer o estado nutricional dos estudantes (implementado na C40 – 40 cidades que firmaram compromisso em diminuir os impactos, substituindo proteínas por exemplo, como na “segunda sem carne” onde em vez de carne é servido ovo).

Projetos relacionados ao desperdício de alimentos nas escolas, utilizando a reeducação alimentar e nutricional para incentivar crianças a consumir alimentos em

natura/minimamente processados – de forma pedagógica; já a Agricultura Familiar (política pública do PAE – Programa de Alimentação Escolar), pela lei federal, do dinheiro disponibilizado para a alimentação, 30% deve ser usado para adquirir alimentos da agricultura familiar, essa meta busca incentivar o comércio local e o desenvolvimento agrícola de sua região (gerando renda para pequenos produtores), além do consumo de alimentos ricos culturalmente e com pequenos trajetos a serem percorridos.

De acordo com Tainá Marchewicz, agente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio de informações concedidas para nós via reunião: estas políticas são aplicadas somente em âmbito municipal, haja vista, que o PNAE não se envolve com nenhuma campanha de alimentação diretamente voltada para alunos de baixa renda, principalmente, durante as férias. Somente durante o ano letivo (200 dias): os recursos financeiros são passados de fevereiro a novembro, ofertando alimentação escolar para todos durante esses duzentos dias, com a única excussão no período da pandemia da covid-19, no qual, de diferentes formas, dependendo da região, era concedido alimentos ou refeições para as famílias dos estudantes.

Seguindo a legislação do governo federal Lei N 11.947 de 2009, o programa nacional age de forma complementar aos municípios e os estados, seu repasse de verba é de acordo com cada modalidade de ensino e o per capita de cada aluno, sendo distribuído em dez parcelas, assim, fazendo com que escolas recebam valores diferentes dependendo da quantidade de alunos. Com essa verba as escolas/municípios devem complementar o valor, mas muitos operam somente com os recursos federais, ou complementam de maneira debilitada.

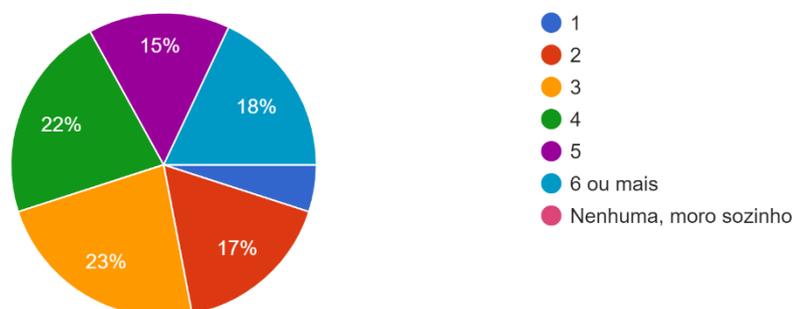
Sendo permanente e atendendo a todos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma das políticas públicas mais sólidas do Brasil, e já se trata de uma forma de assegurar a segurança alimentar, mas, não é diretamente direcionado aos estudantes ou família dos matriculados em situação de vulnerabilidade alimentar. Não são avaliados pelo próprio PNAE seus impactos no geral, ou a famílias/estudantes que necessitam da alimentação escolar como base de sua dieta, somente há a ciência sobre famílias subordinadas ao PNAE.

Diante do exposto nota-se que a alimentação escolar cumpre papel fundamental para diversas famílias e estudantes da rede pública em situação de vulnerabilidade social. Assim, é evidente a importância da valorização do Técnico em Nutrição e Dietética nesta área para que, mesmo com poucos recursos – como em redes estaduais

– ou com diversos recursos – como em redes municipais – seja mantido o estado nutricional e de segurança alimentar adequado.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

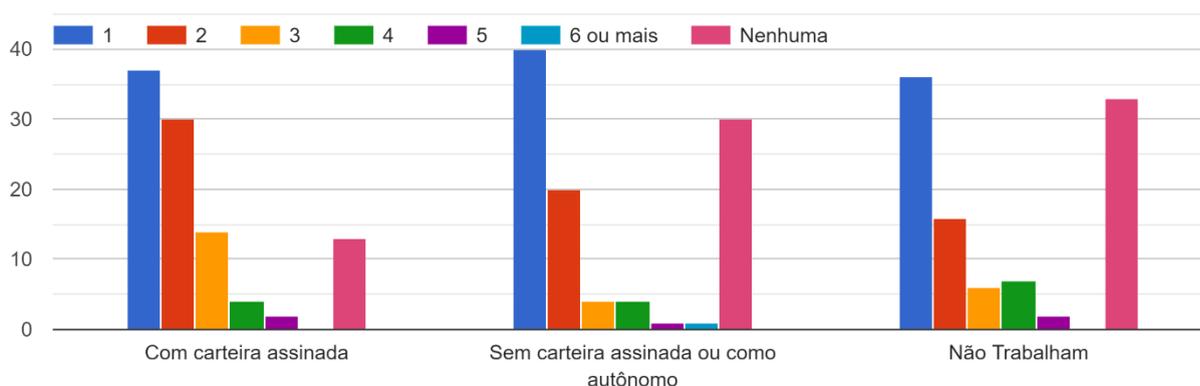
FIGURA 1: Quantidade de pessoas que moram com os participantes da pesquisa.



Como visto na figura 1, 23% dos entrevistados afirmaram que 3 pessoas moram com os mesmos e nenhum entrevistado afirmou morar sozinho. O que mostra que a maioria dos alunos dessa rede estadual moram com, no mínimo, mais de duas pessoas.

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo demográfico de 2022, percebe-se a relação com nossa pesquisa, pois a média de moradores por domicílio se manteve relativamente constante, na faixa de 2,9 residentes.

FIGURA 2: Quantidade de pessoas que moram com os participantes da pesquisa e trabalham.

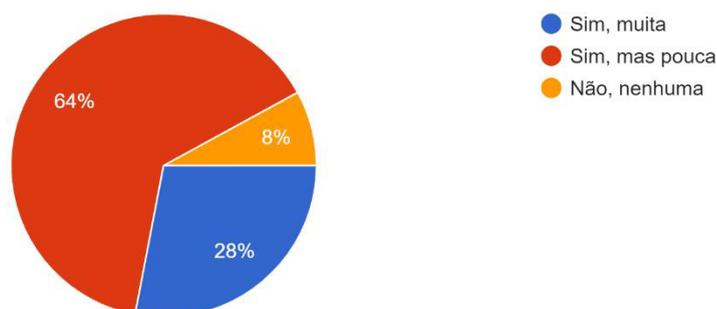


De acordo com a figura 2, 37% dos participantes afirmaram que apenas uma

pessoa em sua residência trabalha com carteira assinada, nenhum alegou ter seis pessoas em sua casa trabalhando com carteira assinada. 40% dos participantes afirmam que apenas uma pessoa trabalha sem carteira assinada ou como autônoma. Apenas 1% afirmaram que seis ou mais pessoas trabalham sem carteira assinada ou com autônomas. 36% afirmam que apenas uma pessoa em sua residência não trabalha, e nenhum afirmou que seis ou mais pessoas não trabalham. Isso demonstra que mesmo com muitos membros em sua residência, poucos trabalham, principalmente de forma regularizada.

Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no primeiro trimestre de 2021, foi registrada uma taxa de desemprego no Brasil de 14,9%, levando em conta as pessoas aptas a trabalho, mas que não exercem nenhum serviço, estando disponíveis e tentando encontrar uma vaga. No fim do trimestre de agosto de 2023, houve a diminuição para uma taxa de 7,8%, entretanto quando analisada em conjunto com nossa pesquisa, nota-se que mesmo com a redução, grande parte dos estudantes de baixa renda das escolas estaduais de São Paulo moram com familiares desempregados.

FIGURA 3: Participantes que relatam haver variedade de alimento na escola.

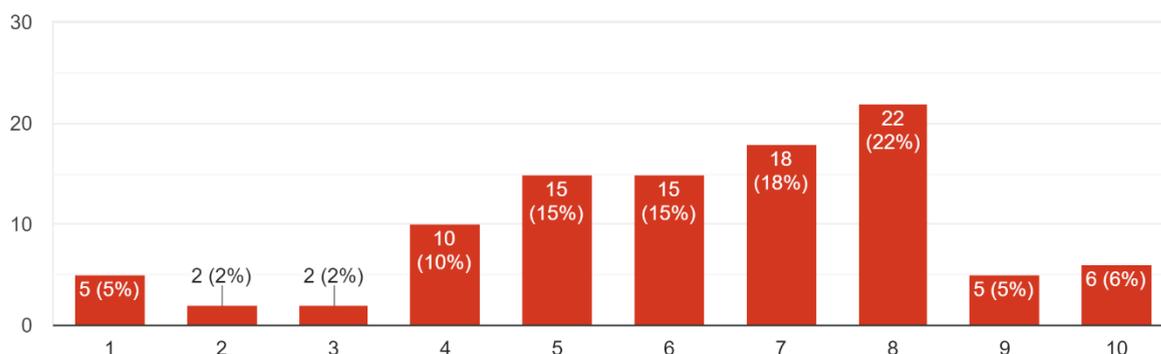


Conforme a figura 3, 64% dos entrevistados concordaram sobre ter variedade de alimentos em sua escola, entretanto pouca. 8% afirmam que não há nenhuma variedade. Logo, compreende-se que mesmo com uma boa gestão escolar, a falta de recursos e meios financeiros para a escola dificultam a variedade alimentícia.

Em um estudo realizado por Vidal G.M, em 2013, 87,2% e 94% dos cardápios apresentaram, respectivamente, frutas e hortaliças, porém a frequência de frutas é inferior a duas vezes na semana e de hortaliças três. Preparações ricas em açúcar são predominantes em cerca de 91% dos cardápios, sendo ofertadas 2 vezes na semana.

52,3% apresentam alimentos embutidos apenas uma vez na semana. Assim como analisado no gráfico acima, há variedade de alimentos na instituição onde foi realizada a pesquisa, mas é avaliada como baixa.

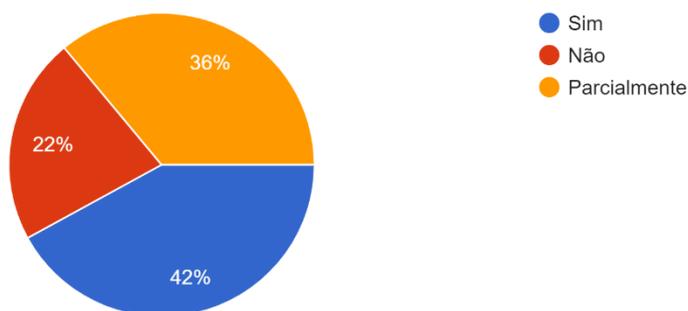
FIGURA 4: Opinião dos participantes da pesquisa a respeito da alimentação escolar.



Como visto na figura 4, 22% dos participantes avaliam a alimentação escolar (em uma escala de 0 a 10) como 8. 2% afirmam ser entre 2 e 3.

Em uma pesquisa feita por Eduarda Alves et al, em 2015, o índice de aceitabilidade das refeições foi calculado a partir da soma entre as respostas das duas “melhores” opções, sendo considerado como aceitável o índice mínimo de 85% estabelecido pelo PNAE (FNDE, 2012). Na pesquisa, o índice encontrado foi de 86,7%, ultrapassando o percentual mínimo, diferente da nossa pesquisa, onde obtivemos o percentual de 33% (somadas as respostas das três “melhores” opções), extremamente abaixo do mínimo estabelecido pelo PNAE.

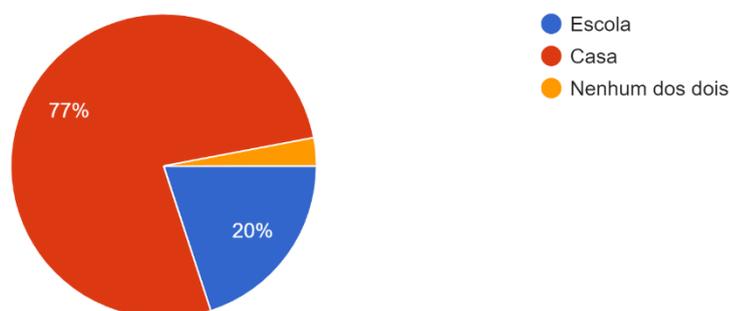
FIGURA 5: Opinião dos participantes da pesquisa a respeito da saciedade e variedade da alimentação escolar.



Conforme a figura 5, 42% dos entrevistados afirmam que a alimentação escolar traz saciedade durante o período de aula e é suficiente para suas necessidades nutricionais diárias, já 22% afirmam o oposto.

De acordo com o Guia Alimentar para População Brasileira, refeições feitas em horários semelhantes todos os dias e consumidas com atenção e sem pressa favorecem a digestão dos alimentos e também evitam que se coma mais do que o necessário. Em nossa pesquisa 42% dos participantes se sentem saciados como no padrão estabelecido pelo Guia Alimentar.

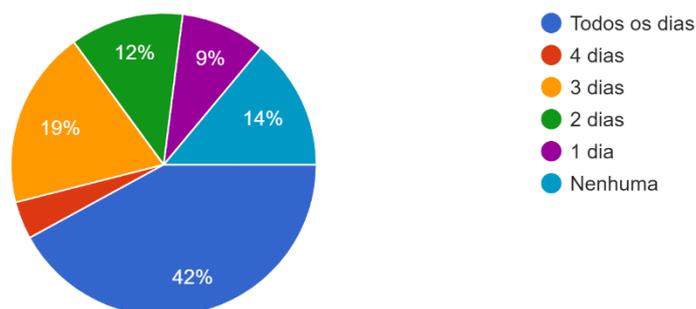
FIGURA 6: Local onde há maior frequência do consumo de frutas e hortaliças pelos participantes da pesquisa.



De acordo com a figura 6, 77% dos participantes afirmam que consomem com maior frequência hortaliças, frutas e carnes em casa. 3% afirmam que não consomem em ambos os locais.

Segundo Muniz et al, em 2011, 56,7% dos alunos de do escolas públicas de Caruaru, PE, não consomem adequadamente frutas e legumes nas escolas, com uma ingestão menor de 4 vezes por semana, parecida com a nossa que somente 20% dos alunos consomem majoritariamente frutas na escola.

FIGURA 7: Frequência do consumo da alimentação escolar pelos participantes da pesquisa.



Conforme a figura 7, 42% dos entrevistados afirmam que consomem a alimentação oferecida pela escola todos os dias e apenas 4% afirmam que consomem a alimentação escolar 4 vezes por semana.

Segundo Hernández et al, em 2008, 72,4% dos estudantes do Rio Grande do Sul não consomem a alimentação escolar, diferente à nossa pesquisa na qual 42% dos alunos de São Paulo consomem a alimentação escolar diariamente.

FIGURA 8: Motivo da baixa frequência do consumo da alimentação escolar pelos participantes da pesquisa.



De acordo com a figura 8, 34% dos participantes afirmam que a falta de qualidade é o principal motivo de não consumirem a alimentação escolar com frequência, outros 34% afirmam que consomem a alimentação escolar com frequência. 13% afirmam que não consomem com frequência por outros motivos, entre eles está: a falta de opção vegetariana.

De acordo com Bleil et al, em 2009, 6% dos participantes não consomem a merenda escolar por não apreciarem as preparações. Assim como no gráfico da figura 8, 34% do participantes não consomem pelo mesmo motivo.

RELATOS: Relatos a respeito da alimentação escolar feitos pelos participantes da pesquisa.

No questionário perguntamos a opinião dos entrevistados, os principais relatos são: má qualidade das refeições, principalmente o café da manhã, pouca variedade de alimentos e de preparações durante a semana, falta do cardápio semanal e a falta de boas praticas nas produções de refeições, como a higiene, além disso, tiveram relatos marcantes como: “Na minha opinião a alimentação distribuida na minha escola não é de qualidade, pois é muito raro ter variedade de alimentos, na maioria das vezes é feijoadada aguada com gordura e quando tem algo diferente raramente é carne de qualidade. Assim dizendo a carne é literalmente o tempero do arroz, que tem partes cruas, nas vezes que dá carne o arroz é sem sal, a única massa que dão é macarrão sem tempero também com carne moída salgada e cheia de óleo, as frutas são feias ou velhas e as

frutas são distribuídas em caichotes de plástico que provavelmente nem são lavados, a única coisa que tem o mínimo de higiene são as saladas” ou “Gostaria que houvesse mais variedades na alimentação, mais frutas. E gostaria também que houvessem menos erros sobre o ovo mexido pois já encontrei casca de ovo no meio”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como principal objetivo apontar a falta de políticas públicas para a alimentação escolar e seus impactos em famílias de baixa renda. Para tanto, fora utilizada a metodologia de revisão bibliográfica e estudo transversal exploratório usando uma amostra de conveniência com estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio de Escolas Estaduais de São Paulo. Dessa forma, a pesquisa trouxe os seguintes resultados:

Dos estudantes entrevistados, 64% concordaram sobre ter variedade de alimentos em sua escola, entretanto pouca. 22% dos participantes avaliam a alimentação escolar (em uma escala de 0 a 10) como 8. 2% afirmam ser entre 2 e 3. 42% dos entrevistados afirmam que a alimentação escolar traz saciedade durante o período de aula e é suficiente para suas necessidades nutricionais diárias, já 22% afirmam o oposto.

Pode se verificar que a alimentação escolar tem grande importância na vida dos estudantes, porém a maioria dos estudantes entrevistados afirmam haver pouca variedade. Mesmo que a minoria dos estudantes se sintam saciados, a avaliação da escola, no geral, é positiva quanto a qualidade da preparação.

Devido a importância desse assunto, novas pesquisas devem ser realizadas sobre a falta de políticas públicas em escolas estaduais brasileiras e seus impactos nas famílias de baixa renda.

REFERÊNCIAS

#EuFiscalizo - Alimentação Escolar. **Portal TCU**, 2017. Disponível em:<<https://portal.tcu.gov.br/impressa/videos/eufiscalizo-alimentacao-escolar.htm>>. Acesso em: nov. de 2023.

ALVES, E. et al. Avaliação da composição nutricional e da aceitabilidade da merenda oferecida na rede municipal de ensino da cidade de Maringá–PR. **Enciclopédia Biosfera**, 2015. Disponível em:<<https://www.conhecer.org.br/enciclop/2015c/saude/avaliacao%20da%20composicao.pdf>>. Acesso em: nov. de 2023.

AMORIM, A.L.B. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Scielo**, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFrmJKZqZyCYQ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: nov. de 2023.

BATISTA, M.S.A. et al. Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ress/a/jRZhMdZgDsnPVQpbwCVsj8L/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

BAZI, A; URIARTE, N. Tecnologia para gestão da merenda escolar é objeto do Sinapse da Inovação. **Fapesc**. Disponível em:<<https://fapesc.sc.gov.br/06/05/tecnologia-para-gestao-da-merenda-escolar-e-objeto-do-sinapse-da-inovacao/2016/>>. Acesso em: nov. de 2023.

BEZERRA, T. et al. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Scielo**, 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csc/a/rzZKSfNkKfPnKWpWqV9Hrsc/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 set. 2023.

BIMBATI, A; TURTELLI, C. Com milhões passando fome, verba de merenda fica parada em prefeituras. **Notícias Uol**, 2022. Política. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/29/com-milhoes-passando-fome-verba-de-merenda-fica-parada-em-prefeituras.htm>>. Acesso em: nov. de 2023.

BLEIL, R.A.T. et al. Adesão ao Programa de Alimentação Escolar por alunos de instituições públicas de ensino no município de Toledo, PR. **Segurança Alimentar e Nutricional**, 2009. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1812/1865>>. Acesso em: nov. de 2023.

CHAVES, L. et al. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Scielo**, 2013. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csc/a/5MVybpQXBKHG6hyJM3JB5Sg/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: nov. de 2023.

Comida de qualidade para toda a Comunidade Escolar. **Educação Cidade de São Paulo**. Disponível em:<<https://www.educacao.sp.gov.br/alimentacao-escolar>>. Acesso em: nov. de 2023.

Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE. **Educação Cidade de São Paulo**. Disponível em:<<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/codae/>>. Acesso em: nov. de 2023.

COSTA, E. et al. Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Scielo**, 2001. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rn/a/XSL8XfGRSM38tjXc7CH3GHs/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: nov. de 2023.

Declaração Universal dos Direitos Humanos: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. **Unicef**. Disponível em:<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: nov. de 2023.

DIAS, L.B; ESCOUTO, F.L.S. Um Breve Histórico Sobre Alimentação Escolar No Brasil. **Revistas Eletrônicas FAIP**, 2016. Disponível em:<http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/o4jwjmco1wjdpkr_2_016-10-10-18-1-0.pdf>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

FERREIRA, H.G.R. et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, 2019. Disponível em:<<http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/150>>. Acesso em: nov. de 2023.

FRANZONI, G. Inovação social e tecnologia social: o caso da Cadeia Curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS. **Lume**, 2015. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117414>>. Acesso: nov. de 2023.

FREITAS, A.F; FREITAS, A.F. Dinâmicas Locais de Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2020. Disponível em:<<https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/33416/23861>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

GARCIA, M.F. Brasil: crianças que só têm alimentação na escola passam fome nas férias. **Observatório do Terceiro Setor**, 2019. Disponível em:<<https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-criancas-que-so-tem-alimentacao-na-escola-passam-fome-nas-ferias/>>. Acesso em: nov. de 2023.

GASPARINE, N. Tecnologia pelo Planeta: app "NHAM" leva agricultura familiar à merenda escolar em Sergipe. **Um Só Planeta**, 2022. Disponível em:<<https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/consumo-consciente/noticia/2022/01/11/tecnologia-pelo-planeta-app-nham-leva-agricultura-familiar-a-merenda-escolar-em-sergipe.ghtml>>. Acesso em: nov. de 2023.

Gerência de Alimentação Escolar - GEALI/SED. Cartilha da Alimentação Escolar. **SED**, 2021. Disponível:<<https://www.sed.sc.gov.br/documentos/alimentacao-escolar-2015-525/documentos-532/manual-alimentacao/11279-cartilha-da-alimentacao-escolar-2021>>. Acesso em: nov. de 2023.

HERNÁNDEZ, A.B. et al. Avaliação do consumo da merenda escolar em escolas municipais de Porto Alegre. **Revista Faculdade de Odontologia**, 2008. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistadaFaculdadeOdontologia/article/view/4145/8872>>. Acesso em: nov. de 2023.

IERVOLINO, T. Estudantes: “A gente não quer só merenda. A gente quer alimentação escolar com qualidade”. **Observatório da Alimentação Escolar**, 2021. Disponível em:<<https://alimentacaoescolar.org.br/materiasinvestigativas/estudantes-gente-nao-quer-so-merenda-gente-quer-alimentacao-escolar-com-qualidade/>>. Acesso em: nov. de 2023.

Inovações desafios e próximos passos para a alimentação escolar ligada a agricultura local em países de língua portuguesa. **Centro de Excelência**, 2022. Disponível em:<<https://centrodeexcelencia.org.br/inovacoes-desafios-e-proximos-passos-para-a-alimentacao-escolar-ligada-a-agricultura-local-em-paises-de-lingua-portuguesa/>>. Acesso em: nov. de 2023.

ISSA, R.C. et al. Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. **Pan American Health Organization**, 2014. Disponível em:<https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rpsp/v35n2/a03v35n2.pdf>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

KORTH, D. et. al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Scielo**, 2019. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csc/a/7VCwpwHHvPb8KxQYdqBb35M/?format=pdf>>. Acesso em: 8 de ago. de 2023.

LACERDA, N; SUDRÉ, L. Projeto estimula alimentação saudável nas escolas para combater obesidade infantil. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/10/projeto-estimula-alimentacao-saudavel-nas-escolas-para-combater-obesidade-infantil>>. Acesso em: nov. de 2023.

LOURENÇO, Fernanda; MATTOS, Vitor. Agentes da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE). Entrevista cedida a Ana Maria, Caroline Silva, Felipe dos santos, Gabriela Duarte, Giovanna Cordeiro e Isabelle Yeslaine. Vídeo chamada. Entrevista concedida para pesquisa sobre a avaliação de políticas públicas para a alimentação escolar visando famílias em situação de vulnerabilidade social e nutricional do estado de São Paulo.

MARCHEWICZ, Tainá. Agente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entrevista cedida a Ana Maria, Caroline Silva, Felipe dos Santos, Gabriela Duarte, Giovanna Cordeiro e Isabelle Yeslaine. Vídeo chamada. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a avaliação de políticas públicas para a alimentação escolar visando famílias em situação de vulnerabilidade social e nutricional do estado de São Paulo.

MEDEIROS, L. Políticas de Alimentação Escolar. **Portal MEC**, 2013. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2016-pdf/33521-04-disciplinas-de-ft-ae-caderno-12-politicas-alimentacao-escolar-pdf/file>>. Acesso em: nov. de 2023.

Merenda escolar: como fazer um bom gerenciamento? **Portábilis**, 2023. Disponível em:<<https://blog.portabilis.com.br/gerenciamento-da-merenda-escolar/>>. Acesso em: nov. de 2023.

Merenda escolar: o descaso com a alimentação infantil. **UBES**, 2022. Disponível em:<<https://www.ubes.org.br/2023/merenda-escolar-o-descaso-com-a-alimentacao-infantil/>>. Acesso em: nov. de 2023.

MORAES, A. et al. Impacto da alimentação escolar pública em criança do ensino infantil e juvenil em famílias de baixa renda. 2022. Disponível em:<<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2503>>. Acesso em: 8 de ago. de 2023.

MUNIZ, L. et al. Prevalência e fatores associados ao consumo de frutas, legumes e verduras entre adolescentes de escolas públicas de Caruaru, PE. **Scielo**, 2011. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csc/a/SYF6RBCrMGBNwstQvLtCyf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: nov. de 2023.

OLIVEIRA, M.C; VASSIMON, H.S. Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua aceitação pelos alunos: uma revisão sistemática. **Revista Investigação Franca**, 2012. Disponível em:<<https://publicacoes.unifran.br/index.php/investigacao/article/view/614>>. Acesso em: 05 de set. de 2023.

OLIVEIRA, V. et al. Representações sobre segurança alimentar e nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar. **Scielo**, 2012. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/NwR3p5BhST89wxtTvqbHbBq/?lang=pt&format=html#>>. Acesso em: nov. de 2023.

PEIXINHO, A. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Scielo**, 2013. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csc/a/386B5JLGr4qtcmc8FZytzQL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: nov. de 2023.

PORDEUS, M. Políticas públicas de agricultura familiar: Contexto e influência do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) e do bolsa família. **Periodicorease**, 2023. Disponível em:<<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/8924/3504>>. Acesso em: 29 de ago. de 2023.

RAMOS, L. et al. A humanização da merenda escolar na promoção da saúde e da educação pública: uma breve revisão. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2020. Disponível em:<<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3137>>. Acesso em: nov. de 2023.

SANTOS, L. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4-Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, 2007. Disponível em:<https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v23n11/15.pdf>. Acesso em: nov. de 2023.

SANTOS, T; TORRES, R. O programa nacional de alimentação escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, 2022. Disponível em:<<https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/503>>. Acesso em: 15 set. 2023.

SAWAYA, A. et al. A família e o direito humano à alimentação adequada e saudável. **Scielo**, 2019. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ea/a/xHdcCvDg9qnzQRLVXK3X4YQ/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: nov. de 2023.

SILVA, P.S; ALMEIDA, C.C. Programa nacional de alimentação escolar (PNAE): Políticas públicas de garantia de alimentação saudável e nutricional que auxilia no

processo de aprendizagem e na superação da vulnerabilidade. **Periodicorease**, 2023. Disponível em:<<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9739/3762>>. Acesso em: 29 de ago. de 2023.

Sobre o PNAE. **FNDE**. Disponível em:<<https://www.fnde.gov.br/1ccr/pnae.html>>. Acesso em: nov. de 2023.

STANCARI, P. O que é o método BLW? **Paula Stancari Nutrição Materno Infantil**, 2021. Disponível em:<<https://blog.nutripaulastancari.com.br/o-que-e-metodoblw/#:~:text=BLW%20%C3%A9%20uma%20sigla%20para,alimentar%2Dse%20de%20maneira%20independente>>. Acesso em: nov. de 2023.

Tendências e inovações na área de processamento de alimentos são temas de palestras do Itai. **Itai**, 2015. Disponível em:<<https://ital.agricultura.sp.gov.br/noticia/tendencias-e-inovacoes-na-area-de-processamento-de-alimentos-sao-temas-de-palestras-do-ital>>. Acesso em: nov. de 2023.

TORKANIA, M. Maioria dos brasileiros mora em casa e é dona do imóvel, mostra IBGE. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/maioria-dos-brasileiros-mora-em-casa-e-e-dona-do-imovel-mostra-ibge>>. Acesso em: nov. de 2023.

VALE, D. et al. Adesão à alimentação escolar por adolescentes brasileiros: determinantes individuais e do contexto escolar. 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.org/pdf/csc/2021.v26n2/637-650/pt>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

VIDAL, G. Avaliação de cardápios com alimentos orgânicos da alimentação escolar de municípios de Santa Catarina. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122852/325568.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em nov. de 2023.

WEIS, B. et al. Vamos fiscalizar a merenda escolar: de volta à luta contra a corrupção eleitoral. **Miolo OK**, 2004. Disponível em:<<https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/noticias-1/manuais-e-cartilhas/publicacoes-diversas/cartilha.pdf>>. Acesso em: nov. de 2023.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidado (a) a participar como voluntário (a) de uma pesquisa sobre a Avaliação de Políticas Públicas para a Alimentação Escolar Visando Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social e Nutricional no Estado de São Paulo. Esta pesquisa tem como objetivo coletar dados para a analisar a qualidade da alimentação ofertada em sua escola. Os dados da pesquisa podem ser divulgados respeitando seus dados pessoais, sendo sua identificação totalmente sigilosa. Agradecemos imensamente sua colaboração para a continuidade desta pesquisa.

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar do projeto para Avaliação de Políticas Públicas para a Alimentação Escolar Visando Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social e Nutricional no Estado de São Paulo.

Pesquisadores: Ana Maria de Campos Brito dos Santos (54.616.591-6), Caroline da Silva Soares (52.686.143-5), Gabriela Duarte da Silva (66.847.466- X), Giovanna Cordeiro (56.115.837-X), Felipe dos Santos de Oliveira (50.090.209-4), Isabelle Yeslaine Antonio Schuffner (52.108.849-5).

Em caso de dúvidas, entrar em contato com Professores ETEC São Mateus Luciana P. de Souza (luciana.souza75@etc.sp.gov.br)

ANEXO A – DEVOLUTIVA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE APOIO AO ESTUDANTE
GERÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Cartilha da Alimentação Escolar

Elaborado pela Gerência de Alimentação Escolar - GEALI/SED
Florianópolis, 2021

Alimentação Escolar

A Alimentação Escolar é um direito de todos os escolares que frequentam a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). A efetivação desse direito se dá pelo emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares, contribuam para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica!

Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE

Nesse sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Por que consumir a alimentação escolar?

Além de saborosa e nutritiva, a alimentação ofertada na escola é elaborada levando em consideração os hábitos alimentares de cada região, a cultura local, a idade e as necessidades nutricionais dos alunos! Além disso, existem muitas pessoas envolvidas na elaboração e preparação das refeições, e consumi-las é um gesto de valorização do seu trabalho!

Lanches Saudáveis

Nos dias em que a refeição oferecida pela escola não for consumida, é importante que seja substituída por algum lanche tão saudável quanto! Aqui vão algumas dicas do que é preferível consumir e do que deve ser evitado:

Prefira consumir:

- Frutas da época e da região;
- Biscoitos integrais;
- Suco natural sem adição de açúcar;
- Sanduíche natural integral;
- Bolo integral feito em casa;
- Pão de queijo caseiro;
- Iogurte natural com frutas, aveia e mel.



Evite consumir:

- Bolacha recheada;
- Salgadinho de pacote;
- Sucos industrializados e refrigerante;
- Bala, pirulito, chiclete e chocolate;
- Bolo recheado e com cobertura;
- Frituras como pastel e coxinha.



Segurança do Alimento

Além da qualidade nutricional dos alimentos, é preciso garantir a segurança dos mesmos, ou seja, o alimento apto para o consumo deve estar livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos. Para isso, é feito o controle higiênico-sanitário desde a seleção da matéria prima, passando pelo transporte, armazenamento, pré-preparo, preparo e distribuição das refeições.

Como podemos contribuir?

Garantir a segurança dos alimentos consumidos no ambiente escolar é responsabilidade de todos e, sendo assim, é importante reforçar hábitos como:

- Realizar a higienização frequente das mãos;
- Higienizar as frutas e os legumes antes do consumo;
- Realizar a limpeza de utensílios (garfo, faca, colher) antes do preparo e do consumo de refeições;
- Atentar-se ao prazo de validade dos alimentos;
- Observar se a embalagem do alimento está íntegra (sem furos, rasgos, presença de mofo ou insetos ou se foi armazenada aberta);
- Armazenar corretamente os alimentos, principalmente os que necessitam de refrigeração;
- Higienizar corretamente o local de consumo das refeições, entre outros.

Higienização das Mãos

Lavar as mãos é uma medida simples mas muito eficiente para evitar a contaminação dos alimentos que ingerimos, seja na escola ou em qualquer outro lugar. Além disso, manter as mãos limpas diminui as chances de transmissão de vírus e bactérias para superfícies e para outras pessoas. Em tempos de pandemia da COVID-19, a higienização das mãos se tornou um hábito mais frequente e indispensável para conter a transmissão do novo coronavírus.

Você sabe como lavar corretamente as mãos?



Uso de Máscara

Devido à pandemia da COVID-19, tornou-se obrigatório o uso de máscaras faciais por determinação das autoridades sanitárias, visando conter a transmissão do novo coronavírus através da disseminação de gotículas de saliva e aerossóis, que são expelidos quando uma pessoa espirra, tosse ou fala.

Como usar a máscara corretamente?



Fica a dica!

Incorporar estas orientações na rotina de Alimentação Escolar das unidades é fundamental para garantia da segurança dos alimentos consumidos na escola, preservando a qualidade dos mesmos e prevenindo possíveis enfermidades que possam ser transmitidas por eles. Além disso, manter hábitos de higiene traz benefícios não só para o momento das refeições, mas à saúde de maneira geral, contribuindo para o bem estar e o desenvolvimento saudável!



Referências

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Portal do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/dadosabertos/organization/about/pnae>. Acesso em: 31 maio 2021.

ANVISA. Higienize as mãos: salve vidas. Higienização simples das mãos. Disponível em: https://www.anvisa.gov.br/servicos/controle/higienizacao_simplesmao.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

SALLES, Lucas Riolo et al. O USO DE MÁSCARAS NA PREVENÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/101-mascaras-e-covid-19>. Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL. Congresso. Senado Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 3, 2013.